

Leituras AS MEMÓRIAS DE GORE VIDAL

Sons

Sábado  
25 de Novembro de 1995

Ano 6 n.º 2087

Diário  
140\$00 (Continente)  
160\$00 (Madeira) 170\$00 (Açores)  
IVA incluído

Director **Vicente Jorge Silva**  
Director-adjunto **Jorge Wemans**

Rua Amílcar Cabral, Lt. 1 — 1750 LISBOA  
Rua João de Barros, 265 — 4150 PORTO

# PÚBLICO

edição LISBOA

PUBLICIDADE



SE QUER VER ALGO REALMENTE  
CADENTE, VEJA OS PREÇOS DA  
PROMOÇÃO DE NATAL TELECEL.

TELECEL 7

## Debate parlamentar Sabor a Côa

O PSD prometia esmagar o Governo com números sobre os custos da não barragem em Foz Côa. Mas o estudo que apresentou não era a arma politicamente mortífera que fora anunciada. Os sociais-democratas encontraram pela frente um grupo de ministros determinados, optimistas e nada vacilantes a defender um parque arqueológico no Vale do Côa e uma barragem alternativa no rio Sabor. A estreia do ministro da Cultura no Parlamento revelou um político de sangue-frio.

p. 30

## Barreiro Golpe na Misericórdia

## Manuel Queiró sobre demissão de Lobo Xavier

# “Alguma coisa tem de mudar no PP”

Manuel Monteiro optou por desdramatizar a demissão de Lobo Xavier dos cargos partidários que exercia, apesar das críticas que lhe são dirigidas, não comentando o caso. Limitou-se a escrever uma carta ao deputado a dizer que todos “são livres de sair”. Mas não conseguiu evitar alguma

agitação interna. Manuel Queiró declarou que o líder “deve tirar ilacções” do gesto de Lobo Xavier e ainda que “alguma coisa tem de mudar no PP”. Na reunião da Comissão Directiva, ninguém abriu a boca para abordar a demissão do vice-presidente do partido.



Louis Malle  
Morreu o

## CULTURA

Debate de urgência sobre Foz Côa na Assembleia da República

# Governo salta barragem

Isabel Braga

O debate de urgência pedido pelo PSD sobre a barragem do Côa revelou um Governo firme na solução de abandonar o projecto: um ministro da Cultura estreado no Parlamento, mas seguro das suas opções e a dar lições de política, um ministro do Plano optimista sobre os benefícios para a região da não barragem, uma ministra do Ambiente a prometer estudos de impacto ambiental mais rigorosos.

PEDRO CUNHA



Manuel Maria Carrilho, ministro da Cultura, defendeu a civilização na Assembleia da República

O deputado do PSD Pedro Pinto abriu ontem o debate parlamentar de urgência pedido pelo seu partido sobre Foz Côa com um feróz ataque ao Governo: devia ter sido este a promover o debate, mas, "ignorando" o Parlamento, decidiu-se pela "solução fácil do sim às gravuras", fugindo "à ponderação e responsabilidades" de quem "tem a obrigação de pensar o desenvolvimento do país agora e as suas consequências no futuro".

"Será que esta posição sobre o Côa ligada às posições sobre o Alqueva permite admitir a intenção de não construção de barragens e o regresso ao 'sonho socialista' de que as soluções energéticas passam pela construção de centrais nucleares?", perguntou. Em seguida, referiu-se aos custos da não construção, dizendo que "apontam para 50 milhões de contos". "Quem paga o tratamento e os estudos dos achados arqueológicos que a EDP vinha suportando?" perguntou.

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, deixou que outros deputados da bancada do PS respondessem aos primeiros ataques: Fernando Pereira Marques chamou a Pedro Pinto o "deputado bissectriz" entre os dois membros do anterior Governo com responsabilidades no problema de Foz Côa, Mira Amaral, ex-ministro da Indústria e Energia, e Manuel Frexes, ex-subsecretário de Estado da Cultura. A seguir, Joel Hasse Ferreira, referindo-se aos custos da não construção da barragem referidos pelo deputado do PSD, perguntou-

lhe: "Vossa Excelência não estará a trabalhar no espaço virtual? O estudo que pretendia apresentar como sendo dinamite, politicamente falando, é um buraco".

Manuel Frexes, agora deputado do PSD, pediu licença para explicar que sempre considerara o património "em primeiro lugar" pois "ser a favor da barragem é uma má causa". Mas sublinhou que há "inúmeras questões" por esclarecer, "relatórios geológicos pedidos e que não estão completos", uma comissão científica internacional formada a conselho da Unesco para tomar decisões sobre a matéria e que não foi ouvida. Por fim, sublinhou que a decisão do anterior Governo de preservar o património dentro deste modelo recebeu o apoio do próprio deputado Pereira Marques.

Este ripostou: "Em Março de 1995", Frexes anunciara que "em breve ia tomar as decisões mais adequadas" e "não tomou nenhuma". "Em Dezembro de 1994", admitiu que não foram cumpridas as recomendações do estudo de impacto ambiental e patrimonial datado de 1989, que passavam pelo aprofundamento desse estudo, e "só em Maio de 1995" formou uma comissão interdisciplinar para iniciar essa tarefa.

## Anterior Governo foi demagógico e inculto

Depois de apaziguadas as primeiras excitações, Manuel Maria Carrilho, comportando-se como um veterano nas lides

parlamentares embora discursasse pela primeira vez na Assembleia da República, contratacou: "Para os países civilizados e para os seus Governos", descobertas como as do Vale do Côa "seriam uma justificada ocasião de festa, entre nós tornou-se um motivo de pesadelo, pesadelo para um Governo" que "passou um ano, um longo ano, a inventar grosseiros tratamentos que permitissem ignorá-las e, rapidamente esquecê-las". Compatibilizar a construção da barragem com a preservação das gravuras é, para o ministro da Cultura, "uma posição demagógica e profundamente inculta", que "nenhum estudo" apresentado até hoje demonstrou ser exequível.

Demagógica porque "consiste em transformar o impossível numa evidência", inculta porque "revela o mais completo desconhecimento do que é o património arqueológico, as características do seu estudo e o modo como os seus elementos são compreensíveis através da sua perspectivacão em conjunto, da relação entre os seus vários elementos artísticos e entre eles e o seu ambiente histórico e natural". Para o ministro, "a política não consiste em acenar com consensos que dispensem quem governa de optar", consiste "em opções claras" que visem "consensos alargados na sociedade".

E passou a apresentar a solução do seu Governo para Foz Côa: ligar cultura e desenvolvimento, criando, no quadro do Plano de Desenvolvimento In-

tegrado do Vale do Côa, o Parque Arqueológico do Côa, que "pode ser o elemento motor de um efectivo desenvolvimento da região" como acontece em Lascaux. "Quando se sabe que existem neste momento pedidos de mais de cem escolas de todo o país para que se organizem visitas às gravuras do Côa, temos que estar optimistas, mas temos também que agir rapidamente". A preparação de guias qualificados para enquadrar as visitas, a criação de estruturas mínimas de acolhimento turístico e de um centro cultural que forneça a informação indispensável, a adopção de medidas de segurança do património existente são medidas a tomar "em breve". Estes esforços permitirão ainda conquistar "a credibilidade indispensável para a obtenção de apoios, nacionais e internacionais, que só aparecem quando as opções políticas são claras".

A opção do Governo é bem clara e "assume toda a importância do factor cultural no desenvolvimento social e económico". Neste quadro, o património "é um valor não só inspirador, como motor". Sendo o património "um dos elementos centrais da identidade dos povos" e sendo a identidade "não uma sobrevivência que se defende colocando-a num relicário, mas uma herança da qual só somos dignos quando a continuamos a construir", essa identidade pode servir como "instrumento com que se constrói o futuro". "É isso que que estamos a procurar fazer no Vale do

Côa" terminou o ministro. O PS aplaudiu-o de pé.

## Os arqueólogos "wishful thinking"

Mira Amaral foi o primeiro a reagir: "Fomos nós, com a nossa transparência" que permitimos as descobertas, porque "foi graças ao estudo de impacto ambiental feito por nós que elas surgiram". E sublinhou que a "honra" dos especialistas em datação directa — cujos estudos "não sei se estão certos, mas são os únicos, pois os arqueólogos praticam 'wishful thinking'" — foi posta em causa. Carrilho respondeu que "a honra muitas vezes afectada este ano foi a dos investigadores e arqueólogos portugueses e não só", considerando que todos esses especialistas, menos um, num congresso científico, em Turim, "em sede própria", tinham mudado de ideias. E pediu a Mira Amaral que lhe desse o nome "de um só arqueólogo que pusesse em dúvida o valor do património arqueológico do Côa".

Pedro Pinto falou em defesa da sua consideração, sentindo-se atingido pelas acusações de incultura lançadas por Carrilho, que lhe garantiu não ser sua intenção fazer ataques pessoais.

O ministro do Planeamento, João Cravinho, rebateu os números apresentados pelo PSD. Dirigindo-se sobretudo a Mira Amaral — tratando-o por "sr. ministro", o que provocou risos na assistência —, disse que os custos da não barragem, mes-

mo baseando-se nos números do estudo citado pelo PSD, não são 50 milhões, mas 25 milhões de contos.

O secretário de Estado da Energia, José Penedos, explicou ao PÚBLICO que o referido estudo incluía como custos da não barragem 7,5 milhões de contos de água a armazenar no Côa, pressupondo que não haveria outro local de armazenamento, quando há um barragem alternativa à do Côa projectada para o Rio Sabor, com funções idênticas de armazenamento de água; mais 4,8 milhões atribuíveis à falência da Hidrosorefame, o que não acontecerá porque "vai haver trabalho na outra barragem"; e ainda cerca de 20 por cento da energia a produzir ao longo do Côa entre o ano 2000 e 2050, avaliada em 52 milhões de contos.

No plenário, José Penedos continuou a defender que é preciso armazenar água, mas não num sítio como Foz Côa, porque insistir nisso originaria "uma ruptura dramática na sociedade portuguesa".

"No balanço de vitórias e derrotas em que o PSD quis transformar este debate, se é necessário que alguém saia pessoalmente derrotado, os senhores deputados podem contar comigo, para que Portugal saia vitorioso", sublinhou.

O ministro da Economia Daniel Bessa esteve presente no debate mas não falou, ao contrário da ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, que anunciou que a lei dos impactos ambientais está em revisão, a nível comunitário e nacional, e prometeu criar uma comissão de acompanhamento "no dia em que começar o estudo de impacto ambiental" da barragem alternativa à do Côa, da Quinta das Laranjeiras, no Sabor. "O estudo não ficará em nenhuma gaveta", garantiu.

Elisa Ferreira arrancou palmas à bancada socialista quando declarou: "Ainda não percebi porque é que aquela barragem [do Côa] ia ser um factor tão importante de desenvolvimento para a região se não há nenhum rio com tantos aproveitamentos hidro-eléctricos como o Douro e nenhuma região tão pobre como aquela que o circunda".

As bancadas da Assembleia da República estavam cheias: de um lado, estudantes da Escola Secundária de Vila Nova de Foz Côa, ao meio, habitantes da localidade e trabalhadores da barragem — recebidos ontem de manhã pelo grupo parlamentar do PSD — e, do outro lado, arqueólogos. Todos se mostraram comedidos, nas suas alegrias ou desilusões. ■

## A SEMANA POLÍTICA

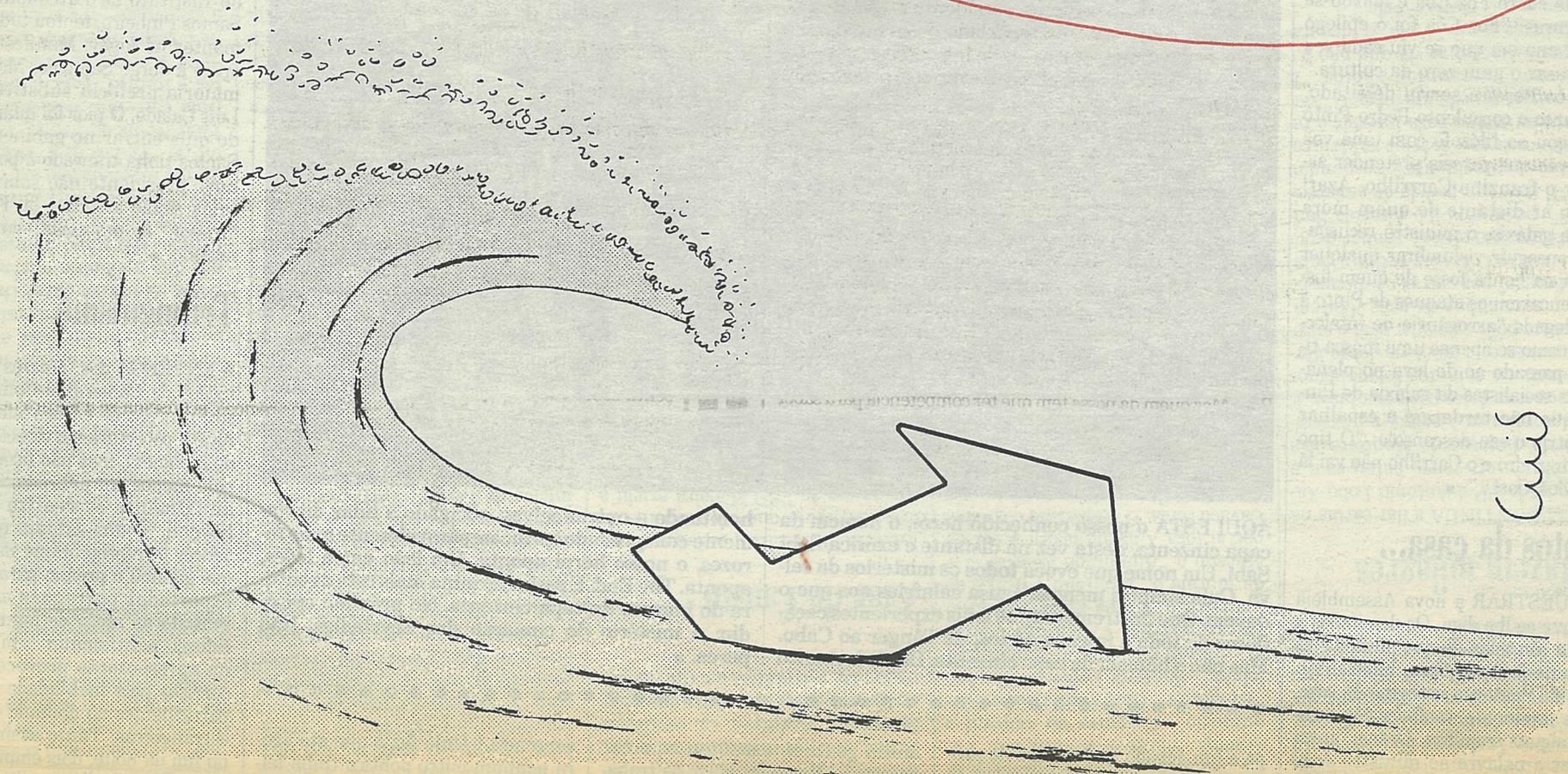
### António Lobo Xavier

Finalmente as águas separaram-se no PP. Depois de ter assumido o discurso das sensibilidades e de se ter distanciado de uma "segunda linha do Caldas", como quem quer dizer que há mais direitas para lá daquela que se esgota no populismo eurocéptico de Monteiro, Xavier fartou-se das "bicadas" não assumidas e bateu com a porta. Com visível incomodidade para a direcção do PP, que tentou minorizar, sem êxito, o gesto de Xavier. Uma saída da cena partidária do Caldas, mas uma "reserva" que permanece em São Bento.



### Manuel Maria Carrilho

O ministro da Cultura estreou-se no Parlamento com uma "batata quente" chamada Foz Côa e passou no teste. Inexperiente na política, Manuel Maria Carrilho mostrou saber o essencial: quando a polémica raiou o cansaço, o essencial e decidir. Ele próprio o disse: "A política não consiste em acenar com consensos; consiste antes de mais em opções claras." A sua é pelas gravuras. Desafiou o PSD a nomear um arqueólogo que lhes tenha questionado o valor. E ficou sem resposta.



cus